

GADOTTI, Moacir. “Qualidade de educação e eficiência econômica”. In: CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1996.

Prefácio

## Qualidade da educação e eficiência econômica

O tema da qualidade e da eficiência tem dominado os debates mais recentes no campo da educação. Nestes debates as abordagens são, contudo, muito diferentes. Uma se refere à qualidade formal e outras à qualidade política da educação; umas se referem à eficiência técnica e outras à eficiência como resultado de um processo de atendimento às necessidades humanas.

O mesmo debate está ocorrendo em relação ao papel da educação no desenvolvimento. Depois de quase duas décadas, em que o tema da relação entre educação e economia ficou de certa forma no limbo, por conta do “conservadorismo” da teoria do capital humano, trabalhos recentes revisitam esse tema sob novo enfoque. O estudo de José Luis Coraggio é um desses que retomam o conceito de desenvolvimento humano e, partindo das mudanças ocorridas tanto no campo da educação quanto no da economia, recoloca o tema, reconceituando, contudo, a tese fundamental de que *a qualidade da educação é condição para a eficiência econômica*.

A diferença em relação às políticas neoliberais, que também insistem na qualidade da educação, está na sua tese complementar: a reforma social é pré-condição para o desenvolvimento econômico. É o contrário do que as políticas neoliberais vêm sustentando na América Latina. Aqui, o crescimento econômico se dá na mesma medida do crescimento da pobreza; é um desenvolvimento econômico com aumento da desigualdade. O ajuste estrutural neoliberal pode resolver o problema da inflação e, em alguns casos, promove o crescimento econômico, mas não resolve, ao contrário agrava, a situação dos trabalhadores, porque não vem acompanhado de uma reforma social em favor deles. Toda essa modernização da economia não concebe os seres humanos como sujeitos, como cidadãos ativos, mas como objetos econômicos ou como puros consumidores.

Há uma “economia do capital”, e uma “economia do trabalho”, no que diz Coraggio. E destaca, nesse contexto, o surgimento da economia popular. Para além da economia informal, aponta uma economia popular como um subsistema no conjunto da economia global que se contrapõe à economia de capital. A qualidade em economia popular mede-se pela melhoria da qualidade de vida dos seus membros e não pelo acúmulo de capital, como na economia de capital. Mas ele não se refere

apenas a uma “economia de solidariedade”. Para além do solidarismo cristão, a economia popular é hoje uma proposta aberta, constituindo-se no meio-termo entre a empresa puramente estatal e burocrática e a empresa capitalista privada. Aponta esse “terceiro setor” como o grande fato novo surgido na economia global deste final de século, gerando novas formas de relações de trabalho. Esse setor é hoje o grande empregador, numa época de desemprego estrutural que vem acompanhando a crescente automação, associada hoje à recessão econômica provocada pelas políticas neoliberais.

A educação, em particular, apontando caminhos para o futuro. Se a educação popular não morreu, como modelo teórico e como prática social, foi porque soube ler esse novo contexto. Para além da pura conscientização e da organização popular, a educação popular preocupa-se hoje com a produção e a formação para o trabalho, que não se confunde com a profissionalização. Afinal, o trabalhador não pode parar de trabalhar para ficar só estudando. Ele estuda trabalhando. O trabalho, a produção, estão cimentados com o projeto político-pedagógico da educação popular. A educação popular não está fazendo hoje uma opção entre desenvolvimento e luta cultural, como fazia ontem, porque agora se percebe melhor do que antes que ambos fazem parte da mesma necessidade humana de desenvolvimento popular.

Estão equivocadas as atuais políticas educacionais da América Latina que desprezam a educação de jovens e adultos e a educação da comunidade insistindo, com base nas teses do Banco Mundial, que basta desenvolver a educação escolar na idade adequada (7 a 14 anos). A educação é uma totalidade e não dá para priorizar apenas uma parte. É necessário um investimento simultâneo na educação da comunidade, na qual a educação popular comunitária, a não-formal e a de alunos, juntamente com os meios de comunicação social podem desempenhar um papel decisivo: “Um contexto dinâmico, participativo, que propõe continuamente à comunidade novos problemas resolúveis – de diversos graus de complexidade e esforço comunitário – é altamente estimulante, para a aprendizagem, sobretudo se conteúdos e procedimentos educativos estão abertos a essa variável problemática cotidiana” (pp. 225-226). Só assim a educação pode vir a ser um fator decisivo do desenvolvimento em equidade: chegando simultaneamente a todos os segmentos da sociedade e não apenas aos que estão dentro da escola. A educação deve deixar de ser concebida setorialmente para se transformar numa política social global.

Para José Luis Coraggio, a qualidade da educação e o desenvolvimento devem partir da comunidade. A qualidade da educação não deve ser medida pela “mera extensão do sistema escolar em sua situação atual, mas sua transformação” (pp. 219-220). A qualidade da educação não é a “qualidade total” da qual tanto os empresários falam hoje: uma qualidade<sup>3</sup> apenas para a competitividade sem solidariedade. É uma qualidade que resulta do atendimento das necessidades humanas, e não como atendimento às necessidades do capital.

É nesse momento que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as Organizações de

Base Comunitária (OBCs), com a multiplicidade de identidades que as caracterizam, podem desempenhar um papel importante: elas podem se constituir na interface entre o Estado e a Sociedade. Mais do que o Estado, elas têm experiência e legitimidade para iniciar diversas formas de cooperação e de parceria. Essa é uma relação dinâmica e tensa. As ONGs e OBCs não são nem Estado, nem empresas privadas. Mas o Estado capitalista, privatizado por anos de convivência pacífica entre interesses patrimonialistas de políticos e empresários, não está preparado, nem jurídica, nem tecnicamente, para assumir um tipo de relação que não seja a mera contratação de serviços ou a compra de bens. Ele não está preparado para fazer parcerias e dividir responsabilidades.

Entretanto, se existem problemas a serem resolvidos no interior do Estado para ele se adequar a essa nova realidade, existem também problemas para as ONGs e OBCs porque ao lado de governos democráticos e populares existem outros governos que são corruptos, ilegítimos ou insensíveis à situação dos setores populares.

Este é um enorme campo aberto à criatividade social para o qual são chamados hoje a colaborar tanto intelectuais quanto empresários e políticos. O livro *Desenvolvimento humano e educação* faz um balanço positivo do quanto já se avançou nessa arena, principalmente no campo da educação comunitária e de economia popular. O papel das ONGs latino-americanas de iniciativa de “Educação para Todos” é aqui apresentado como um exemplo concreto dessas novas relações surgidas nos últimos anos entre Estado e Sociedade Civil. As ONGs vêm assumindo na educação escolar e não escolar um papel importante, inclusive na definição de novas políticas educacionais. Coraggio retoma e dá consistência a conceitos clássicos da economia e da educação, confrontados com as transformações sociais e econômicas da atualidade. Dessa forma, ele está prestando um inestimável serviço para a necessária transformação com equidade tanto da economia quanto da educação na América Latina.

*Moacir Gadotti*  
Instituto Paulo Freire